



Brasília, 12 de junho de 2014.

Ao
BANCO DO BRASIL
A/C: Sr Júlio César Leandro
Pregoeiro

Ref. Audiência Pública - Pregão Eletrônico 2014/05462 (7421).

Assunto: Solicitação de Esclarecimento.

Prezado Senhor:

TELEMAR NORTE LESTE S/A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, adiante denominada **Oi**, vem, respeitosamente apresentar seus comentários e/ou questionamentos relativos à Audiência Pública em referência:

1) Do item editalício: CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

O item 7.2, “g” do Edital prevê o seguinte:

“sociedades anônimas (capital aberto ou fechado) que tenham em seu quadro acionário funcionário do Banco do Brasil S.A., ainda que em gozo de licença não remunerada, ou membro da Administração desta Instituição, mesmo subcontratado, como acionista detentor de até 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto e que atue em área do Banco;”.

1.1) Nossos comentários:

Tal exigência mostra-se excessiva, na medida em que não possui finalidade correlata à execução do objeto. Além disso, as empresas de capital aberto que possuem um volume muito expressivo de acionistas detentores de percentuais do capital votante inferiores a 5%, encontrarão grande dificuldade no processo de levantamento de informações tão específicas, como o vínculo empregatício de seu quadro acionário, a qual inclusive, não é informada quando da aquisição das ações pelo público em geral. Nesse contexto, é relevante destacar que o instrumento convocatório deve se abster de incluir cláusulas e exigências desnecessárias à finalidade da contratação, bem como aquelas que frustrem o caráter competitivo do certame.



A exigência imposta pelo Edital é medida extremamente restritiva à participação de interessados, cuja consequência direta será reduzir a participação das empresas que, nos termos da regulamentação dos serviços de telecomunicações, possuem outorga para prestação de todos os serviços licitados. Ante o exposto, requer a exclusão da exigência prevista no item 7.2, “g” do Edital.

2) Do item editalício: CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

“8.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, nos moldes do Anexo 3, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no licitações-e”.

2.1) Nossos comentários:

Considerando que a procuração por instrumento público é aquela lavrada por tabelião público em seu livro de notas, por escritura pública, da qual se fornece certidão, verifica-se que o notário lavra o ato e certifica com fé pública de que tudo aquilo que está escrito reflete exatamente a vontade das partes. Assim, o reconhecimento de firmas não se faz necessário.

Nesse sentido, a Oi entende que o Edital deverá ser adequado para que a procuração por instrumento público apresentada pelo representante da empresa por ocasião do credenciamento não precise ter firma reconhecida, mas apenas nos casos de procuração por instrumento particular.

3) Do item editalício: CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

“8.6 Na hipótese de ocorrer reorganização societária do PROPONENTE, por motivo de incorporação, fusão, cisão, aquisição ou associação, no transcorrer do prazo de validade do credenciamento, o BANCO deverá ser comunicado imediatamente, para que o PREGOEIRO possa distinguir com precisão a empresa que está participando do certame.

8.6.1 Neste caso, a empresa resultante da incorporação, fusão, cisão, aquisição ou associação deverá providenciar a regularização da chave de identificação e senha para continuidade da participação no certame, junto à Agência do Banco do Brasil onde foi efetuado o credenciamento original.”

3.1)Nossos comentários:

Nos parece ter o Banco exorbitado sua competência considerando o disposto no referido item, pois é razoável que a Contratada lhe de ciência, em prazo razoável, no caso de eventual operação societária desde que não afete a boa execução do contrato.



4)Do item editalício: ABERTURA

8.35 No caso de ocorrer atraso na entrega da Carta-Proposta, sem as justificativas aceitas pelo PREGOEIRO, ou na hipótese de apresentação desta em desacordo com as especificações previstas neste Edital, poderá ser aplicada ao PROPONENTE a penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 6 (seis) meses.

4.1) Nossos comentários:

De acordo com a Lei 8.666 em seu artigo 87, as hipóteses de desconformidade que poderiam ensejar a penalidade de suspensão são as seguintes: inexecução total ou parcial do contrato.

Considerando que a hipótese trazida no item não encontra respaldo no dispositivo mencionado, a Oi entende que o mesmo deve ser excluído do edital, sob pena de contrariar o princípio da legalidade.

5) Do item editalício: GARANTIA

13.1: A Contratada se obriga a manter, durante toda a vigência do contrato, garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do preço total contratado, devendo apresentar ao CONTRATANTE, conforme previsão contratual (Anexo 07), o comprovante de uma das modalidades a seguir:

CLÁUSULA SEXTA – A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE comprovante de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto, em uma das seguintes modalidades:

5.1)Nossos comentários:

Considerando que o artigo 56, § 2º, da Lei 8.666/1993 estipula que a garantia exigida não excederá a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, e que a atividade administrativa exige prestígio aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a exigência de apresentação de garantia equivalente ao percentual máximo permitido em Lei não se mostra razoável, e, por isso, a Oi entende pela necessidade de sua adequação.

6)Do item editalício: DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (ANEXO II DO EDITAL)

3.3 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei 12.440/2011.



6.1) Nossos comentários:

Considerando a previsão insculpida no artigo 642, §2º da CLT que permite a apresentação de certidão positiva com efeito de negativa para os débitos trabalhistas, a Oi entende ser devida a alteração do Edital para que conste previsão nesse sentido.

7)Do item editalício: VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA SEGUNDA

Parágrafo quarto – A rescisão também poderá ocorrer, quando a CONTRATADA:

- a) não apresentar comprovante de garantia na forma da Cláusula Sétima para o cumprimento das obrigações contratuais;*
- b) motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;*
- c) deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;*
- d) for responsável por operações em curso anormal junto a qualquer agência do CONTRATANTE, desde que o endividamento venha a comprometer a execução do Contrato;*
- e) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;*
- f) vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira; e*
- g) utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.*

7.1) Nossos comentários:

Considerando que as hipóteses de rescisão acima descritas extrapolam as dispostas no Art. 78 da Lei 8.666/93, a Oi entende que em atenção ao princípio da legalidade, as mesmas devem ser retiradas do Edital.

8) Da ausência de previsão sobre reajuste

O reajuste consiste em uma alteração de preços para compensar os efeitos das variações inflacionárias. Representa uma cautela prévia para impedir o rompimento do referido equilíbrio, materializado na aplicação periódica e automática de um índice de atualização dos preços inicialmente contratados, nos termos do inciso III do artigo 55 da Lei de 8.666 de 21/6/93, senão vejamos:

“Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;



III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade **do reajustamento de preços**, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;” (grifos nossos)

A ausência de previsão de reajuste exclui o direito do contratante à recomposição de preços, o qual, com a Constituição de 1988, ganhou status constitucional. Tal aspecto merece, pois, ser revisto, a fim de que sejam apontados os critérios de reajuste dos preços contratados, em cumprimento ao disposto, acima bem como o inciso XI do art. 40 da Lei 8.666/93, sob pena de violação ao princípio da preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com a Administração Pública.

Diante da obrigação legal acima, considerado a previsão de 60 meses de vigência do contrato, torna-se imperiosa a necessidade de inclusão de cláusula de repactuação E reajuste onde a “A Contratada poderá reajustar os preços de cobrança dos serviços a cada 12 meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento, considerando seu valor básico o atualizado até esta data, devendo ser utilizado como índice de reajuste, o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Fundação Getúlio Vargas) ou outro que venha a substituí-lo no setor de telecomunicações.”

9) Da necessidade de inclusão de critérios de atualização monetária no caso de atraso no pagamento.

O presente instrumento convocatório não trouxe qualquer previsão acerca de eventual correção dos valores devidos no caso de eventual atraso de pagamento das faturas relativas aos serviços que usufruídos pela Contratante.

No entanto, não se pode desconsiderar que as sanções por inadimplemento do usuário devem ser aplicadas, e são as constantes dos contratos firmados entre este e a prestadoras de serviços de telecomunicações, com base na legislação aplicável, em especial, a Lei Geral de Telecomunicações e na regulamentação da ANATEL, da qual a Operadora contratada não pode se afastar sob pena de punição!

Aliás, as Operadoras de telecomunicações são obrigadas a conceder tratamento isonômico a todos os seus usuários. É de se imaginar o que causaria no setor se todos os usuários, a partir deste direito, se eximissem de arcar com multas e juros de mora em caso de inadimplência.

Sendo assim, é necessário destacar que a Lei 8.666/93, em seu artigo 55, determina que estejam previstas na minuta contratual as penalidades e critérios de atualização financeira aplicáveis, conforme destacado a seguir, a saber:



“Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

...

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, **os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;**” (g.n.)

Sendo assim, deve ser acrescentado item que preveja a punição à que se sujeitará a Administração, caso inadimplente, mediante pagamento de: a) multa moratória de 2%; b) juros moratórios de 1% ao mês, calculados pro-rata-die; e c) correção monetária, calculada pro-rata-die, com base na variação do IGP-DI (FGV).

10) Do item editalício: CLÁUSULAS GERAIS

A) *“CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Será de responsabilidade da CONTRATADA o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos diretos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, desde que sua culpa seja comprovada legalmente, relacionadas com o cumprimento do presente contrato, na extensão dos termos da Cláusula Vigésima Segunda.”*

Oportuno esclarecer que, quanto à responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração, o art. 70 da Lei n.º. 8.666/1993 é claro ao determinar que tais responsabilidades estejam adstritas aos danos diretos:

“Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.”

Apenas para que não parem dúvidas, a Oi solicita seja adequado o referido item do Edital aos termos do artigo 70 da Lei n.º. 8.666/1993 (acima transcritos).

B) *CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Qualquer reclamação sobre a inexecução ou deficiente execução dos serviços ora contratados, deverá ser feita pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, por escrito, e a esta entregue mediante protocolo. O não atendimento aos termos da reclamação a que alude esta cláusula, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da reclamação, sem que a CONTRATADA tenha se manifestado a respeito, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior e da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.*



O item acima traz uma hipótese de rescisão contratual que não encontra respaldo no art. 78 da Lei 8.666/93. Por essa razão, a Oi entende que ele deve ser excluído.

C)CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – *Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, o CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o contrato.*

O item acima determina também ser causa de rescisão contratual a associação, fusão, cisão ou incorporação da Contratada.

Ocorre que, somente em caso de comprovado prejuízo à execução dos serviços, haveria motivo para a rescisão contratual, razão pela qual, a Oi entende que o item acima deverá ser excluído.

D)CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - *O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa por inexecução total ou parcial do contrato correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor da nota fiscal/fatura de serviços apresentada no mês anterior para os serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA.*

Parágrafo Primeiro - Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no "caput" desta cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da nota fiscal/fatura de serviços apresentada no mês anterior.

Os itens acima determinam a aplicação de multas que extrapolam o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato estabelecido pelo Decreto n.º 22.626/33, em vigor conforme Decreto de 29 de novembro de 1991. A fixação de multa nesse patamar também ofende a Medida Provisória n.º 2.172/01 (e suas reedições), aplicável a todas as modalidades de contratação, inclusive aquelas firmadas entre particulares e Administração Pública.

O art. 87, inciso III, da Lei de Licitações determina que na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá aplicar a sanção de “multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato”. Ocorre que não há no dispositivo em questão qualquer limite à aplicação da multa, o que gera, automaticamente, sua interpretação indissociável com o princípio da proporcionalidade, conforme se observa do entendimento de Marçal Justen Filho sobre o tema:

“Então, o instrumento jurídico fundamental para elaboração de uma teoria quanto às sanções atinentes à contratação administrativa reside na proporcionalidade. Isso significa que, tendo a Lei previsto um elenco de quatro sanções, dotadas de diverso grau de severidade, impõe-se adequar as sanções mais graves às condutas mais reprováveis. **A reprovabilidade da conduta**



traduzir-se-á na aplicação de sanção proporcionada correspondente”¹
(grifo nosso)

Nesse sentido, deve-se guardar a proporcionalidade entre o fato gerador da sanção e o *quantum* a ser exigido, como bem alinhava o art. 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei n.º 9.784/1999, por exigir “adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias para o atendimento do interesse público”.

Não é o que se observa no caso em questão. A multa definida no percentual acima exposto gera para a Contratada gravame completamente desproporcional, ferindo os princípios da proporcionalidade e da própria legalidade.

Observa-se, portanto, que a Administração, ao fixar a penalidade em comento, descumpriu completamente o princípio da proporcionalidade, sendo necessária a revisão de tal medida. Cumpre ainda ressaltar que não quer a Contratada se eximir do cumprimento das sanções estabelecidas se de fato viesse a descumprir o contrato e dar ensejo a rescisão deste. Pede-se apenas que estas sejam aplicadas de forma proporcional ao fato que as ensejou.

11) Do item: TERMO DE COMPROMISSO COM O SIGILO DA INFORMAÇÃO – Documento 9 do contrato

O Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação impõe aos prepostos da contratada a obrigação de sigilo referente a toda e qualquer informação obtida durante a execução do contrato, mencionado que “este compromisso permanece mesmo após a extinção do contrato de trabalho com a empresa prestadora de serviços”.

Todavia, em que pese a necessidade de se manter o sigilo sobre as informações que porventura os prepostos da operadora tenham acesso, entende-se que a imputação de obrigação sem termo pré-definido não pode subsistir.

Neste diapasão, mister destacar que nem mesmo os agentes públicos são submetidos a obrigação de sigilo sem termo pré-definido, conforme se verifica pela leitura dos dispositivos da Lei n.º 12.813/2013:

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 14. Ed. São Paulo: Editora Dialética, 2010, p. 884.



“Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública; e

II - informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público

(...)

Art. 6º - Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

II - **no período de 6 (seis) meses**, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

a) prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego;

b) aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado;

c) celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou



d) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.”.

Da análise do dispositivo legal acima transcrito, verifica-se que o denominado período de quarentena aplicável aos agentes públicos que tiverem exercido “cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro” são submetidos ao dever de sigilo formal de apenas 6 (seis) meses.

Assim, não se pode imputar aos particulares a obrigação de sigilo maior do que a imposta aos agentes públicos, razão pela qual se requer a adequação do Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação **para que estabeleça período de vigência compatível com a necessidade de sigilo, definindo de forma precisa quais informações são consideradas sigilosas.**

12) do Item editalício: PAGAMENTO

A) “PAGAMENTO

CLÁUSULA QUINTA – O pagamento pelos serviços prestados será creditado em conta corrente mantida ou a ser aberta no BANCO DO BRASIL, em nome da CONTRATADA, mensalmente, no 10º (décimo) dia útil a contar da entrega do arquivo de detalhamento dos serviços no padrão FEBRABAN, e da respectiva nota fiscal/fatura de prestação de serviços, o que ocorrer por último.

Ocorre que tal sistema de pagamento encontra-se em dissonância com o procedimento de pagamento adotado relativamente aos serviços de telecomunicações, uma vez que esses são pagos mediante apresentação de fatura (nota fiscal com código de barras), ou mediante SIAFI nos casos de órgãos vinculados à Administração Pública Federal, como é o caso da ANATEL.

Assim, as unidades gestoras registram seus documentos (empenho, ordem bancária etc.) e o sistema do SIAFI efetua automaticamente todos os lançamentos contábeis necessários para se ter conhecimento atualizado das receitas, despesas e disponibilidades financeiras do Tesouro Nacional.

Com efeito, esse sistema de faturamento e cobrança, o qual permite o reconhecimento rápido e eficiente do pagamento, é baseado em código de barras.



Ante o exposto, para a melhor adequação do instrumento convocatório à realidade do setor de telecomunicações, **requer a alteração do item acima a fim de permitir também que o pagamento seja realizado mediante autenticação de código de barras, facilitando, assim, o reconhecimento eficiente do pagamento.**

B) Parágrafo Quarto – Eventuais débitos vencidos, de responsabilidade da CONTRATADA junto a qualquer agência do CONTRATANTE, poderão ser compensados com recursos oriundos deste contrato, respeitadas as formalidades legais.

Como já mencionado acima se sabe na atividade administrativa permite-se a atuação do agente público, apenas se concedida ou deferida por norma legal. E mais, no acertado ensinamento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes² “a vontade do administrador não pode colocar-se acima da vontade do povo, cristalizada na norma.”

É cediço que a habilitação é a fase do procedimento em que a Administração verifica a capacidade/idoneidade do fornecedor para futura contratação. Assim, não cabe a Administração estipular exigências excessivas e indevidas para habilitação da licitante. Note que a própria Constituição Federal assim dispôs:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Assim, cumprido a licitante todos os requisitos legais previstos nos artigos 27 ao 32 da Lei 8666/93 que tratam da habilitação, não há como o Banco invocar a exigência de novos requisitos sob o argumento da “proteção do Banco e do fornecedor na contratação”.

Ou seja, todo e qualquer licitante que tenha participado do procedimento licitatório e tenha cumprido os requisitos LEGAIS de habilitação, estarão aptos a contratar com a Administração Pública. Essa é a dinâmica definida para as contratações celebradas com o Poder Público. Assim, até que o Banco crie seu próprio regulamento (art. 173 da CF/88), estará limitado as previsões específicas da Lei 8666/93.

² FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. “Sistema de Registro de Preços e Pregão presencial e Eletrônico.3ª edição. Editora Fórum.



Outrossim, vale ainda observar que não foram mencionados fundamentos legais para justificar as exigências supracitadas, o que acaba por solidificar o entendimento de que se tratam de exigências excessivas. Note que a própria lei repudia claramente a inclusão de condições que possam restringir a participação das licitantes no certame.

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;”

Com base nos sábios ensinamentos do mestre Marçal Justen Filho³ ***“A Configuração de uma competência discricionária não significa validar escolhas puramente subjetivas nem exclui o dever de motivação.”***

Alternativamente, caso o Banco insista em seu entendimento, discordando da argumentação acima – o que se admite apenas pelo princípio da Eventualidade – a Oi destaca a necessidade de ajuste dos itens acima de forma que:

- parágrafo quarto do item 2 acima torne-se bilateral representando uma garantia material também a Contratada com a inclusão do seguinte item: *“Eventuais débitos vencidos, de responsabilidade da CONTRATANTE referente a qualquer contrato celebrado com a CONTRATADA poderão ser compensados com recursos oriundos deste Contrato, respeitadas as formalidades legais”*.

13) Do item editalício: 3.1.6 SERVIÇO DE TRANSPORTE DE VOZ

b) Serviço de transporte de voz entregue por meio de números de lista próprios ou de terceiros indicados pelo BANCO.

Entendemos que a PROPONENTE tem condições de prover todo o serviço a ser contratado através de linhas próprias, não havendo necessidade do mesmo ser entregue em linhas de terceiros.

13.1) Nosso entendimento está correto?

13.2) Caso o entendimento acima estiver incorreto, solicitamos esclarecimento das situações as quais se darão a entrega dos serviços em número de lista de terceiros?

3 FILHO, Marçal Justen, “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos” 11ª Ed., Editora Dialética



13.3) Ainda, em caso o entendimento acima estiver incorreto, como será a gestão do SLA entregue em infraestrutura de terceiros, uma vez que a PROPONENTE será responsável apenas pelo serviço contratado?

14) Do item editalício: 3.1.7 PROTOCOLOS DE SINALIZAÇÃO

c) SIP (Session Initiation Protocol).

Solicitamos esclarecimentos sobre em quais situações serão utilizadas sinalização SIP, pois, é necessário este detalhamento das condições e exigências para que as PROPONENTES realizem o correto levantamento dos custos a serem considerados para o atendimento.

Nosso pleito será atendido? Caso negativo, solicitamos esclarecimentos.

15) Do item editalício: 3.2.3. NUN

b) Quando solicitado a Proponente deverá ativar um NUN associado ao 0800 correspondente (par 4000/0800), o qual deverá ser único em todo o país.

Entendemos que a associação entre o NUN e o 0800 exigida no item em referência trata-se apenas da geração do par 4000/0800 sem a necessidade de manutenção do mesmo MCDU nos dois serviços (4000/0800).

Está correto este entendimento? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

16) Do item editalício: 3.2.4. TRANSPORTE DE DADOS

a) Os Servidores de Acesso Remoto (RAS) deverão ser fornecidos pela PROPONENTE, devendo estar instalados no ambiente da mesma.

b) As chamadas atendidas nos Servidores de Acesso Remoto (RAS), fornecidos pela PROPONENTE, serão direcionadas ao ponto de entrega do BANCO em Brasília, podendo ser alterada a critério do BANCO durante a vigência do contrato.

c) O transporte de dados até o ponto de entrega mencionado no item acima, deverá ser realizado por meio da estrutura de acesso a ser definido pelo BANCO.

16.1) Solicitamos esclarecimentos com relação à aplicação que utilizará esta solução através de RAS, uma vez que os serviços NUN e 0800 são normalmente voltados a soluções de voz. Nosso pleito será atendido? Caso negativo, solicitamos esclarecimentos.

16.2) Entendemos que a estrutura a ser utilizada como meio de acesso na entrega dos dados ao Banco do Brasil deve ser definida e estar clara no edital, para que as PROPONENTES possam analisar os possíveis impactos na formatação de suas propostas. Assim, solicitamos que o Banco do Brasil que insira uma alínea especificando a forma de entrega destes dados em Brasília. Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

16.3) Entendemos que o Banco do Brasil será o responsável pela autenticação dos usuários deste serviço através de RADIUS do próprio Banco do Brasil. Está correto este entendimento? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

17) Do item editalício: 3.2.6. FORMA DE ENTREGA DO TRÁFEGO

g) O BANCO poderá solicitar a ativação ou alteração de outros tipos de entroncamentos e/ou protocolos de sinalização utilizados no mercado para entrega do tráfego (ex.: alteração do



protocolo de sinalização de R2-digital para ISDN. Alteração do protocolo de sinalização de ISDN para SIP).

Entendemos que cada tipo de sinalização reflete em um investimento específico e exclusivo para atendimento aos serviços, além de viabilidade técnica, resultando em projetos distintos a cada uma delas, e impacto direto na elaboração da proposta.

Assim, solicitamos que o Banco do Brasil defina as sinalizações a serem utilizadas desde o início do projeto em cada local de atendimento e que o mesmo seja mantido até o final do contrato, pois, a mudança na sinalização pode causar grandes impactos tanto para a proponente quanto para o Banco do Brasil.

Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

18) Do item editalício: 3.2.7. MENSAGENS PERSONALIZADAS

a) A PROPONENTE veiculará mensagens personalizadas previamente definidas a critério do BANCO, sem ônus adicionais. A gravação da mensagem personalizada poderá ser realizada pelo BANCO ou pela PROPONENTE, permitindo-se para este caso, a subcontratação do serviço.

Entendemos que para evitar possíveis transtornos futuros relativos às questões de Direitos Autorais solicitamos que a gravação da mensagem personalizada seja sempre realizada pelo Banco do Brasil em formato a ser definido no MPO (Manual de Procedimentos Operacionais).

Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

19) Do item editalício: 3.2.8. ATENDIMENTO ORIENTADO A MENSAGENS

a) A PROPONENTE deverá prover função de atendimento orientado a mensagens para segmentação e direcionamento das chamadas, considerando até dez opções de escolha pelo cliente, em no mínimo dois níveis, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, abrangendo as ligações destinadas ao serviço, totais ou parciais.

Entendemos que há a necessidade do Banco do Brasil disponibilizar no edital a topologia da árvore utilizada em suas Centrais de Atendimento para que as PROPONENTES possam analisar os impactos e dimensionar corretamente a solução.

Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

20) Do item editalício: 3.2.8. ATENDIMENTO ORIENTADO A MENSAGENS

h) A PROPONENTE deverá implantar, excluir ou alterar itens de vocalização e variáveis de decisão, no período de no máximo de 03 (três) dias úteis, a partir do registro da demanda.

Entendemos que o prazo solicitado acima é inexecutável, assim, solicitamos a dilação do prazo para a execução das alterações constantes no item em referência para que sejam realizadas em até 07 (sete) dias úteis.

Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

21) Do item editalício: 3.2.8. ATENDIMENTO ORIENTADO A MENSAGENS

i) A contabilização das chamadas, para efeito de cobrança, deverá ser considerada apenas após a entrega e atendimento efetivo pelos sistemas do BANCO, por um período de pelo menos 3 (três) segundos, ou seja, as chamadas desconectadas antes do encaminhamento ao BANCO não deverão ser contabilizadas.



Entendemos que o faturamento se inicia a partir da ocupação do canal com a conexão da chamada pelo atendimento orientado a mensagens. Uma vez que o usuário é atendido pelo serviço de atendimento orientado a mensagens e entrar na árvore de decisão poderá ocorrer diversas situações como: Fila de espera para o atendimento, Desistência/erro do usuário ao navegar pela árvore de decisão, entre outros.

Os sistemas de bilhetagem das Operadoras iniciam sua contagem conforme definição da ANATEL, além disso, nestas situações a PROPONENTE estará sujeita a existência de custos de interconexão e deverá repassar estes custos à operadora de origem.

Assim, solicitamos a alteração da redação do item referenciado para que o início da cobrança seja considerado a partir do atendimento pelo serviço de atendimento orientado a mensagens.

Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

22) Do item editalício: 3.2.9. INFRAESTRUTURA

g) No caso de criação de novo serviço, em local de entrega não previsto no Documento 02, a PROPONENTE deverá providenciar a infraestrutura para adequada prestação desse serviço sem ônus adicionais para o BANCO em até 20 dias úteis a partir da solicitação.

Entendemos que o prazo solicitado acima é inexecutável, assim, solicitamos a dilação do prazo para providenciar a infraestrutura adequada para prestação do novo serviço para no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, pois, os novos endereços estarão sujeitos à existência de viabilidade técnica para o atendimento solicitado pelo Banco do Brasil.

Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

23) Do item editalício: 3.3. ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Solicitamos esclarecimentos quanto às exigências de treinamento relacionadas no item em referência.

Entendemos que toda implantação, manutenção e operação dos serviços contratado são de responsabilidade da PROPONENTE, e o Banco do Brasil não irá operar nenhum equipamento/sistema da PROPONENTE, exceto ferramenta de gerência para emissão de relatórios.

Desta forma, entendemos que não há necessidade de realização de treinamento sendo suficiente a apresentação da documentação que será feita no MPO.

Está correto este entendimento? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos quanto ao treinamento solicitado.

24) Do item editalício: 3.4. CONDIÇÕES GERAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

m) A PROPONENTE deverá exportar os dados na formatação e layout que serão posteriormente definidos pelo BANCO em conjunto com a PROPONENTE ou a PROPONENTE deverá se integrar ao portal do BANCO. O modelo e o detalhamento da troca de informações serão definidos, posteriormente, entre BANCO e PROPONENTE.

Solicitamos esclarecimentos com relação aos parâmetros para a integração exigida e que o Banco do Brasil defina, antes da abertura do certame, o modelo e o detalhamento de como será realizada a troca de informações entre o BANCO e PROPONENTE.



Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

25) Do item editalício: 5. FATURAMENTO

f) O pagamento dos serviços deverá ser feito mensalmente mediante crédito em conta corrente mantida no BANCO pela PROPONENTE e fica condicionado à entrega do detalhamento eletrônico e dos relatórios de Níveis de Serviço.

Solicitamos a retirada do item em referência uma vez que este se mostra em desacordo com o princípio da legalidade. Isto porque, não há nenhum dispositivo legal que autorize à Administração Pública a condicionar o pagamento de suas faturas ao detalhamento eletrônico e relatórios dos níveis de serviço.

Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

26) Com relação ao Documento 1 do Anexo 1

Portal de Serviços Web

A indisponibilidade de qualquer uma das funcionalidades que compõem o Portal caracteriza-se como indisponibilidade total da ferramenta.

Solicitamos a adequação do item em referência para que as possíveis indisponibilidades das funcionalidades do que compõem o Portal sejam consideradas de forma proporcional ao evento e não como uma indisponibilidade total da ferramenta. Tal previsão fere os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostrando-se excessiva.

Nosso pleito será atendido? Caso contrário, solicitamos esclarecimentos.

27) Do item editalício: Documento 1 do Anexo 1 - Planilha de Níveis de Serviços

Tempo de Ativação de Serviço de Transporte de Voz - Entroncamento Digital

Tipo 1: Tempo de ativação de novos serviços em local já atendido pela proponente e com disponibilidade de infraestrutura

Tipo 2: Tempo de ativação de novos serviços em local atendido pela proponente mas sem infraestrutura ou em local ainda não atendido pela proponente.

Solicitamos a dilação dos prazos de ativação acima relacionados para respectivamente:

Tipo 1: 10 dias úteis

Tipo 2: 45 dias úteis

Esta solicitação se baseia nas médias de tempos de atendimento reais visto a possibilidade de atendimentos a locais não conhecidos pela PROPONENTE.

Nossa solicitação será atendida? Caso a solicitação não seja acatada solicitamos esclarecimentos.

28) DO DIREITO:

Destaque-se a importância/necessidade de serem fornecidas todas as informações acerca do objeto licitado, tais como, mas não se limitando as localidades de atendimento, órgãos que usufruirão o serviço em tela.



Não se duvida: é imprescindível que o instrumento convocatório e seus anexos sejam claros e precisos. Tal assertiva decorre da própria finalidade de um processo licitatório: possibilitar à Administração Pública, respeitando os princípios de direito pertinentes, obter a melhor proposta que possibilite, em consequência a melhor contratação.

Para Marçal Justen Filho,

“a maioria dos problemas práticos ocorridos em licitações deriva da equivocada elaboração do ato convocatório. Não seria exagero afirmar que os equívocos na elaboração dos editais constituem-se em fatores muito mais prejudiciais do que as complexidades ou defeitos da Lei nº 8.666.” (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 11ª edição, São Paulo: Dialética, 2005, p. 384)

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III...”(g.n.)

Diante do exposto, agradecemos desde já a atenção dispensada e informamos que permanecemos no aguardo das respostas/esclarecimentos relativos aos questionamentos e comentários ora apresentados.

Por fim, colocamo-nos ao seu inteiro dispor para prestar os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários através dos e-mails alvaro.neto@oi.net.br ou joaz.junior@oi.net.br, telefones (61) 3131-3152 ou 3131-3161, renovando nossos protestos de estima e consideração.

TELEMAR NORTE LESTE S/A